

---

## Do Celeste Ao Verde: Análise do Discurso Das Revistas Carta Capital e IstoÉ Sobre a Votação Da Lei Do Aborto Na Argentina<sup>1</sup>

Lídia Sievers Lobe<sup>2</sup>

José Isafías Venera<sup>3</sup>

Universidade do Vale do Itajaí, SC

### Resumo

Com esta pesquisa busca-se analisar o discurso das revistas Carta Capital e IstoÉ na cobertura da votação da lei do aborto na Argentina. A votação realizada em agosto de 2018 no senado argentino rejeitou o projeto de lei que previa a descriminalização do aborto até a 18ª semana de gestação. A pesquisa tem como objetivo investigar o posicionamento dos veículos acerca do tema, tendo como referencial teórico a análise do discurso foucaultiana articulada com a noção de palavras de ordem de Deleuze e Guattari. Na análise, foi constatado que ambas revistas têm posicionamentos favoráveis ao projeto de lei, sendo que a diferença encontra-se nos enunciados que qualificam o acontecimento.

**Palavras-chave:** Discurso; jornalismo; aborto.

### Introdução

As discussões sobre o aborto começam no Brasil na década de 70, quando inicia a publicação de estudos de saúde sobre o tema. O assunto surge aos poucos como questão política com o aumento dos movimentos feministas no país.

O principal fundamento da luta do aborto no Brasil é a contraposição ao poder do estado e da religião sobre o corpo feminino. Esta vontade foi marcada pelo slogan “Nossos Corpos Nos Pertencem”, no início do movimento no país na década de 80 (BARSTED, 1992). Outro ponto é a preocupação com a saúde da mulher. Mesmo realizado clandestinamente, o aborto é uma realidade. Os transtornos e complicações provenientes de procedimentos realizados em clínicas clandestinas afetam um grande número de mulheres. As mais afetadas, porém, são as de classes mais populares que não dispõem de acesso a clínicas de qualidade. O movimento destaca a importância de prezar pela vida da mulher mais do que uma “vida em potencial” (BARSTED, 1992,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Júnior, IJ01- Jornalismo, do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º semestre do curso de Jornalismo da Univali. E-mail: [lidiasievers98@gmail.com](mailto:lidiasievers98@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Univali e integrante do Grupo de Pesquisa Cultura Midiática e Linguagens. E-mail: [j.i.venera@gmail.com](mailto:j.i.venera@gmail.com)

---

p.105). A terceira questão é a caracterização do aborto como uma prova do “avanço da ciência na detecção de anomalias fetais”, explica Barsted:

De fato, quando, em 1940, o legislador se preocupou em criar permissivas legais por motivo da honra da gestante ou preocupação com a sua vida, ainda não existiam os modernos exames pré-natais que possibilitam aferir com grande precisão a existência de anomalias fetais graves que inviabilizam a vida plena do nascituro. (1992, p.105)

Baseado nestas questões torna-se necessário um serviço de assistência à mulher, para receber auxílio, orientação e acesso a métodos contraceptivos para diminuir a taxa de abortos. Além disso, era exigido do estado que não permitisse intervenção religiosa sobre o tema.

No início, aliados à legalização do aborto não foram instituições, mas indivíduos como médicos, advogados e parlamentares. Poucas instituições e partidos políticos deram um posicionamento sobre o assunto, e a maioria se absteve de escolher um lado. Aqueles que se aliaram ao movimento o faziam tanto na defesa da legalização para todos os casos como apenas para casos de presença de anomalias. No início da década de 90 o Conselho Federal de Medicina passou a defender o aborto em caso de grave anomalia fetal (BARSTED, 1992). Os principais opositores são a igreja católica e parlamentares evangélicos.

Resumindo, o aborto é um dos grandes desafios dos movimentos feministas brasileiros. Apesar de criminalizado, é um crime pouco punido. Porém, mesmo sem a penalização em alguns casos, o fato de ser considerado crime possui valor simbólico no consciente de quem o pratica. O direito de interromper a gravidez voluntariamente diz respeito à questão da maternidade, considerada historicamente uma necessidade na vida da mulher. Para ter poder sobre o próprio corpo, a mulher deve possuir o direito de escolher a maternidade ou não. “O aborto como questão de direito individual remete a um dos fundamentos do feminismo contemporâneo: o princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo” (SCAVONE, 2008, p.677).

Desde a década de 80 os grupos feministas possuíam argumentos que até hoje são utilizados, como a importância de considerar os direitos individuais e sociais. O primeiro se refere às questões de individualidade e direitos sobre o próprio corpo. O segundo remete às más condições nas quais a prática é realizada no país, causando alta taxa de mortalidade, impondo risco à saúde da mulher. Esta situação faz os grupos feministas considerarem a situação dos abortos clandestinos um caso de saúde pública.

## O feminismo na argentina

Os movimentos feministas na argentina iniciaram no século XIX, durante a invasão da Grã-Bretanha em Buenos Aires, quando mulheres se reuniram para combater os invasores com objetos contundentes, obrigando-os a se render (PALÁCIOS, 2012). Houve muitos nomes importantes na luta pelos direitos das mulheres desde então. Entre eles, Maria Sánchez de Velasco y Trillo (1784 – 1868). Conhecida como “Mariquita”, lutou pela educação das mulheres na década de 1860. Julieta Lanteri (1873 – 1932) foi uma das pioneiras na luta por igualdades de direitos entre homens e mulheres. Nascida na Itália, cursou medicina após conseguir uma permissão especial, já que a profissão era restrita somente para homens. Ela foi também a primeira mulher a exercer o voto no país, depois de encontrar uma brecha na convocação de eleitores. Impedida de votar, ela criou o Partido Nacional Feminista, já que não havia nenhuma objeção à candidatura de mulheres. Foi a primeira mulher a ser candidata na história da Argentina, apesar de não ter sido eleita (PALÁCIOS, 2012).

Somente em 1951 as mulheres ganharam o direito ao voto. Em 1974 a esposa e vice do então presidente Juan Domingo Perón assumiu a presidência e foi formalmente a primeira mulher presidente da Argentina, derrubada em 1976 por um golpe militar. Em 2007 foi eleita pela primeira vez uma mulher diretamente para a presidência. Cristina Kirchner sucedeu o marido, Néstor Kirchner, e venceu com 45% dos votos. Na Argentina o aborto é punido com poucas exceções como casos de estupro, má formação do feto, risco de saúde à mulher e quando a gestante possui deficiência mental. A prática pode ser punida de um a quatro anos de prisão.

São diversos fatores que tornam o assunto uma polêmica e impedem que o aborto seja descriminalizado. O principal deles é a igreja. A argentina é um país majoritariamente católico, com 76% da população adepta da religião<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver matéria na EBC, disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/catolicos-sao-maioria-na-argentina>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

---

## O projeto votado em 2018

Em agosto de 2018 um novo projeto que previa a descriminalização do aborto na Argentina foi votado no senado. A lei foi aprovada em junho na Câmara dos Deputados. Mas foi rejeitada no senado com 38 votos contra e 31 a favor<sup>5</sup>. Este foi o primeiro projeto votado após o término da ditadura militar no país, em 1983.

O projeto previa o direito da mulher de abortar até a 14ª semana de gestação. O procedimento poderia ser realizado em qualquer hospital ou clínica, e o governo arcaria com os custos do tratamento e dos medicamentos. Seria permitido, ainda, que o profissional de saúde que não desejasse realizar o aborto manifestasse “objeção de consciência”, mas a medida não seria permitida para hospitais e clínicas como instituição, mesmo que fosse religiosa.

Uma pesquisa de opinião realizada em março deste ano pelo Centro de Estudos de Estado e Sociedade (Cedes) e pela Anistia Internacional Argentina apontou que 59% da população do país era a favor da descriminalização do aborto<sup>6</sup>. Desde então o país se dividiu nas cores azul e verde. Aqueles favoráveis à lei usavam a cor verde, sob o lema “aborto legal, seguro e gratuito”. Quem era contra o projeto aderiu à cor azul, sob o argumento de “salvar as duas vidas”.

Em junho, no Plenário da Câmara, o debate durou mais de 20 horas. Do lado de fora, manifestantes contra e a favor do projeto aguardavam o resultado. Ao final, a lei foi aprovada por 129 votos a favor, 125 contra e uma abstenção.

Após a rejeição no senado, o tema não pode mais ser tratado no parlamento neste ano. Somente a partir de março do ano que vem poderá ser apresentada uma nova proposta sobre o assunto.

## Discurso e Palavra de Ordem

A análise da cobertura jornalística dos veículos é realizada através das noções de discurso e *palavras de ordem*. A forma de narrar o mundo compreende uma discursividade. Assim, o discurso é “a determinação das características desse grupo, a

---

<sup>5</sup> Ver matéria no G1, disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/senado-argentino-rejeita-legalizar-aborto-no-pais.ghtml>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

<sup>6</sup> Ver matéria no G1, disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/senado-argentino-rejeita-legalizar-aborto-no-pais.ghtml>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

exposição do modo de ver a realidade atravessando, ao mesmo tempo que a compõe, a paisagem a ser olhada” (GOMES, 2003, p. 41). Ou seja, o discurso é uma narrativa que implica o sujeito, o constitui numa concepção do mundo.

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.8 e 9)

É necessário compreender também as relações de poder estabelecidas através do discurso. Para Foucault, o poder é uma ação sobre as ações, como explicam Ferreirinha e Raitz (2010). Portanto, nas relações, o sujeito exerce o poder ao mesmo tempo em que sofre as consequências dele.

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; (...) Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1992, p. 183)

No jornalismo, as mídias são um espaço onde os discursos se difundem (GOMES, 2003), trazendo o saber jornalístico às formas de narrar os fatos para os consumidores. Segundo Foucault, “[...] estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (1992, p. 179).

É por meio destas relações que o discurso busca trazer a verdade através de uma visão de mundo. Neste caso, as diferentes visões são expressas a partir das linhas editoriais.

Gomes, ao estudar as palavras de Deleuze e Guattari, explica as palavras de ordem como uma noção “atrelada a uma relação de poder, à realização como obrigação social” (2003, p. 58). Sendo assim, a palavra de ordem se encontra subentendida dentro de qualquer palavra ou enunciado, não correspondendo somente a falas explícitas.

A *palavra de ordem* é aquilo que dá ordem, comanda, mesmo que de forma subentendida no meio do discurso.

A ordem não se relaciona com significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.12).

---

Foucault traz um conceito diferente, porém semelhante à noção de palavras de ordem apresentada por Deleuze e Guattari. Como pontua Gomes:

A ordem não se relaciona com significações prévias, nem com uma organização prévia de unidades distintivas, mas sim o inverso. A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.12).

Portanto, para uma análise apropriada do discurso utilizado pelas revistas, é necessário identificar palavras de ordem inseridas nos enunciados em suas matérias. É a partir delas que torna-se possível identificar o posicionamento dos veículos sobre o tema.

### **A transparência da Carta Capital**

Foram selecionadas quatro matérias da revista semanal Carta Capital, publicadas entre 14 de junho e 9 de agosto sobre a votação da lei do aborto na Argentina.

A primeira matéria do dia 14/06/2018 leva o título “Deputados da Argentina aprovam descriminalização do aborto”. O texto possui caráter informativo, relatando o resultado da votação e explicando como funciona o projeto de lei. A imagem que abre a matéria mostra manifestantes a favor do aborto.

Em muitos momentos o veículo utiliza eufemismos que simplificam o sentido do aborto, como “interrupção voluntária da gravidez”, “[...] a favor das mulheres decidirem sobre suas gestações” e “necessidade das mulheres terem autonomia e proteção para decidirem sobre as gestações”. Também é afirmado que a aprovação do projeto na câmara foi um “um marco pelos direitos das argentinas”. No último parágrafo é citado que mulheres relataram suas experiências ao realizar o aborto, tirando a prática de uma posição de “tabu”.

A segunda reportagem, do dia 08/08/2018, leva o título “Argentina diante de votação histórica sobre o aborto”. No subtítulo, mais uma vez é utilizado o termo “interrupção voluntária da gravidez”.

O texto relata a votação na câmara e o projeto votado, além de como as leis referentes ao aborto funcionam no país, bem como sobre as expectativas para a votação no senado. A reportagem fala sobre as manifestações em relação à votação na Argentina

e mostra um país dividido, como dito no título. Há a opinião do presidente da Argentina, o qual diz que “em março deste ano, o presidente Mauricio Macri finalmente permitiu que o Congresso debatesse o projeto, mas declarou ser contra a legalização do aborto.” O uso da palavra “finalmente” demonstra a necessidade de trazer a discussão do projeto.

Outras quatro fontes são ouvidas, das quais três são a favor da legalização e uma é contra. A fonte contra é um bispo nomeado pela igreja católica para dialogar com o congresso. As três fontes a favor da nova lei são duas estudantes e uma jornalista. Ainda é citado o caso de uma ruptura dentro de uma família onde o filho da vice-presidente afirmou ser a favor da lei, enquanto a política se posiciona contra.

Ao final, a reportagem traz números que reforçam as complicações vindas do aborto clandestino no país, e cita o caso recente de uma mulher que morreu por conta do procedimento realizado em caráter clandestino.

A terceira reportagem é do dia 09/08/2018 e abre com o título “Senado rejeita legalização do aborto e Argentina volta à estaca zero”, demonstrando insatisfação e sentimento de retrocesso à rejeição do projeto. No subtítulo a mesma mensagem aparece na frase “Avanço conquistado na Câmara foi derrubado na madrugada desta quinta-feira.”.

A imagem utilizada na abertura da reportagem também é bastante simbólica. Nela aparecem novamente manifestantes usando verde, a cor de quem se posicionava a favor da legalização. Do outro lado há um manifestante contrário à lei, usando cores azuis. Pode-se ver a expressão de desaprovação no rosto das manifestantes, fazendo o lado contrário parecer o “inimigo”.

Imagem 1 – Manifestantes de grupos opostos diante uns dos outros



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/senado-rejeita-legalizacao-do-aborto-argentina-volta-estaca-zero>

Ao narrar a tramitação do caso, o veículo cita que “Essa é a primeira vez que as argentinas conseguem levar até o Senado um projeto que pretende encarar o aborto pela perspectiva da saúde pública.”. Outra imagem exhibe o lado verde da manifestação.

Mais uma vez são destacadas as mortes causadas pela prática realizada clandestinamente, com números de mortes e abortos realizados na Argentina e em outros países da América latina onde o aborto é legal, e um mapa mostrando a situação em todo o planeta.

Ao final da matéria a revista relata sobre os grupos de manifestantes que apoiaram a luta das argentinas no pedido de legalização. Não houve voz para quem é contra.

Imagem 2 – Manifestação em prol da legalização do aborto na Argentina, no Brasil



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/senado-rejeita-legalizacao-do-aborto-argentina-volta-estaca-zero>

Na quarta reportagem, do mesmo dia, o título expressa otimismo, apesar do resultado visto como negativo. “Argentina e Brasil avançam de toda forma rumo à legalização do aborto”. Novamente a imagem em destaque exhibe manifestantes a favor da lei, desta vez do protesto realizado no Rio de Janeiro, em apoio às argentinas.

Imagem 3 – Manifestantes a favor da legalização do aborto em São Paulo



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/argentina-e-brasil-avancam-de-toda-forma-rumo-a-legalizacao-do-aborto>



A reportagem aborda a importância de um projeto como este ter chegado tão longe em uma votação, com uma disputa tão apertada. Desta vez, é falado sobre a situação do aborto no país. O veículo se refere às manifestantes pró-aborto no país vizinho como “nossas irmãs argentinas”.

Nesta reportagem todas as fontes são a favor da descriminalização, e todas representam diferentes religiões. Ao final é dito que as mulheres brasileiras e argentinas continuarão lutando para garantir seu direito de escolha.

### **A posição discursiva da Isto É**

A primeira matéria analisada é do dia 13 de junho, e leva o título “Deputados decidem se aborto será despenalizado na Argentina”. Logo nas primeiras linhas é dito que a votação irá decidir se o aborto será “legalizado”.

A reportagem abre com a imagem de uma garota segurando um lenço verde, em uma manifestação promovida pelo movimento “Ni una menos”, com o objetivo de denunciar a violência contra as mulheres e exigir o direito ao aborto legal.

“Argentina, país do papa Francisco e de forte influência da Igreja Católica, foi pioneira na América Latina em aprovar o casamento igualitário”. A frase demonstra otimismo em relação ao caso, já que outra votação considerada polêmica por muitos obteve êxito apesar da forte influência religiosa.

O texto relata as manifestações no país, citando uma “oração inter-religiosa pela vida”, na qual líderes de diferentes religiões se reuniram, e a vigília realizada por estudantes para acompanhar a “despenalização do aborto”. São citados números sobre as mortes causadas por abortos na Argentina e a situação da legalização em outros países da América latina. A palavra “aborto” é sempre utilizada.

A segunda reportagem, do dia 14 de junho, fala sobre a aprovação do projeto na câmara. Com o título “Deputados aprovam em primeira leitura legalização do aborto na Argentina”, a matéria informa o decorrer da votação e o resultado. Mais uma vez é comentada a forte influência católica no país do Papa Francisco. São ouvidas fontes dos dois lados.

Ao comentar sobre as vigílias que acompanharam a votação, a manifestante Irene, a favor da lei, foi a única fonte ouvida. Ela diz que igreja e política não devem

estar relacionadas. É mencionado o alto número de mortes de mulheres após realizarem o procedimento clandestinamente no país.

A terceira reportagem intitulada “Às vésperas de votação no Senado, Argentina se divide sobre aborto” é do dia 3 de agosto. Ela divide os manifestantes entre “pró-aborto” e “pró-vida”, e cita novamente o fato de o país, a “terra do Papa Francisco”, ser pioneiro na legalização de casamentos homossexuais e a lei que garante aos transexuais de escolher o nome usado nos documentos de identidade.

Posteriormente a reportagem aborda as manifestações contra e a favor à lei. A vigília azul marchou até a casa do presidente com uma boneca de seis metros representando um feto de doze semanas com os dizeres “voto em quem cuidar de mim”. No dia seguinte, uma multidão vestindo lenços verdes acampou em frente ao congresso nacional para exigir “aborto legal, seguro e gratuito”.

Imagem 4 – Manifestantes protestam contra a aprovação do projeto de lei



Fonte: <https://istoe.com.br/as-vesperas-de-votacao-no-senado-argentina-se-divide-sobre-aborto/>

O posicionamento do presidente Macri já havia sido apontado em matérias anteriores: apesar de ser contra o aborto, ele prometeu assinar a lei caso fosse aprovada no senado. As fontes mostram sua opinião em relação ao assunto, em sua maioria surpresa.

O texto segue abordando sobre um grupo de manifestantes a favor da aprovação da lei. Mulheres se reuniram representando personagens da série de televisão “O Conto da Aia”, na qual mulheres são escravizadas e utilizadas somente para procriar. A matéria explica a trama da série baseada em um momento da ditadura militar argentina, na qual cerca de 500 crianças, muitas nascidas em cativeiros, foram roubadas das mães para serem adotadas por casais simpatizantes ao regime. Segundo o texto, “um dos

capítulos mais tristes da ditadura argentina”. A imagem mostra o grupo enfileirado em protesto.

Imagem 5 – Manifestantes caracterizadas como personagens de “O Conto da Aia”



Fonte: <https://istoe.com.br/as-vesperas-de-votacao-no-senado-argentina-se-divide-sobre-aborto/>

Uma fonte a favor da legalização comenta as falhas e injustiças cometidas com a criminalização. Outra fala a favor é da autora do “Conto da Aia”, Margareth Atwood. Ela se manifestou em resposta à vice-presidente Gabriela Michetti, contra o aborto em qualquer circunstância, dizendo que ao obrigar uma mulher a ter um bebê, ela está sendo escravizada. Neste ponto, pela primeira vez é usado o termo “interrupção da gravidez” ao invés de “aborto”.

A quarta reportagem, do dia 9 de agosto, possui título “Argentinas prometem continuar com a luta pelo aborto legal”. A imagem possui uma forte simbologia. Nela, manifestantes com os rostos pintados de verde aparecem chorando e se consolando.

Imagem 6 – Mulheres a favor da legalização do aborto se consolam após rejeição do projeto de lei



Fonte: <https://istoe.com.br/argentinas-prometem-continuar-com-a-luta-pelo-aborto-legal/>

A matéria dá os detalhes da votação e a reação dos dois lados após o resultado. Posteriormente são trazidos depoimentos de pessoas a favor da lei. Todas lamentam o resultado e o fato de o congresso não representar o posicionamento nas ruas. Sobre “o lado azul da vida”, como citado pela reportagem, foi ouvida a comemoração de duas manifestantes contrárias à lei, e é destacado o fato de a maioria dos manifestantes contra serem homens.

### **Repetição e diferença do discurso de *Carta Capital* e *IstoÉ***

Apesar de demonstrar de maneiras diferentes, ambos veículos parecem se posicionar a favor da descriminalização do aborto. A *Carta Capital* deixa sua opinião explícita em praticamente todas as reportagens, inclusive na produzida pela redação brasileira da Deutsche Welle<sup>7</sup>. Por outro lado, a *IstoÉ* não exprime transparentemente seu posicionamento, porém, com a escolha das fontes com mais destaques para o lado a favor, é possível perceber o ponto de vista.

A *Carta Capital* deixa claro que é a favor ao utilizar termos como “avanço” para indicar a aprovação da lei na câmara dos deputados e afirmar que o país “volta à estaca zero” após a rejeição do projeto.

As quatro matérias da *IstoÉ* são de agências de notícias, sendo três da *Associated France Press (AFP)* e uma da Agência Brasil. Elas possuem caráter informativo, utilizando termos técnicos como “aborto” e “legalização”, enquanto a *Carta Capital* utiliza diversas vezes os termos “interrupção voluntária da gravidez” e “descriminalização”, conferindo característica moral ao invés de “legal”. A apuração da *Carta Capital* foi realizada pelo próprio veículo, sendo somente uma reportagem publicada pelo Deutsche Welle. Porém, o simples fato da escolha da *IstoÉ* destas reportagens transpõe o posicionamento da revista.

Os enunciados utilizados pelas revistas podem, ao mesmo tempo em que direcionam o pensamento do leitor, demonstrar seu ponto de vista. Mesmo com caráter informativo, a revista *IstoÉ* exibiu sua opinião de forma implícita através da escolha de termos. Mesmo trazendo fontes com diferentes opiniões, aquelas com posicionamento a favor da aprovação do projeto de lei ganharam mais espaço. Além disso, ao citar as

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>.

---

manifestações, o veículo dá maior ênfase para o “lado verde”. É o caso da terceira matéria analisada, na qual existe uma retransa inteira para tratar do assunto, o que não é feito para falar do “lado azul”, desfavorável à legalização.

Um ponto observado em ambas as revistas é o uso das imagens. Na *Carta Capital*, todas as imagens ilustram a campanha em prol do aborto. Nas matérias analisadas na *IstoÉ*, somente uma imagem mostra manifestantes contra, sendo todas as restantes exibindo a parcela da população favorável. Mesmo estes pequenos detalhes, tão explícitos na *Carta Capital*, porém “escondidos” na *IstoÉ*, podem apontar o posicionamento do veículo acerca de um tema.

A escolha dos enunciados “aborto” e “legalização”, por parte da *IstoÉ*, e de “interrupção voluntária da gravidez” e “descriminalização”, pela *Carta Capital*, não são apenas formas diferentes de abordar um mesmo fato jornalístico, mas um modo de fazer ver, de regular o olhar de disciplinar os sentidos sobre o que chamamos de realidade. O enunciado aborto funciona como um já dito, ou seja, um termo carregado de discursividades quase sempre de valor moral. Quando a *Carta Capital* opta por utilizar “interrupção voluntária da gravidez” é como se buscasse regular o sentido na prática, reduzindo o valor moral. Além do uso dos termos, nas matérias da *IstoÉ* quase não se lê explicações de cunho científico (legal) do que caracteriza o aborto e em que condições pode ser praticado.

### **Considerações Finais**

Com a análise das reportagens dos veículos, pode-se observar, seguindo os pressupostos de Foucault (1996) e Deleuze e Guattari (1995), que a escolha de determinado enunciado tem o objetivo de controlar e selecionar o modo como o leitor deverá compreender a informação. Tal caso pode ser observado, por exemplo, na revista *Carta Capital*, onde o uso do termo “interrupção voluntária da gravidez” ao invés do simples uso da palavra “aborto” leva o leitor a ter uma interpretação diferente. Na revista *IstoÉ*, o discurso se encontra de maneira implícita na escolha das fontes, imagens e no destaque para cada um dos lados.

Estas características se encaixam na noção de *palavras de ordem*, enunciados subentendidos dentro de uma informação que controlam a forma de entendimento do

leitor sobre um tema, como explicam de Deleuze e Guattari (1995). Ao mesmo tempo, as *palavras de ordem* podem indicar o discurso utilizado pelo veículo.

Com a análise, conclui-se que os dois veículos possuem a mesma opinião sobre o caso. Como apontado anteriormente, a diferença encontra-se na forma como as revistas expõem tal posicionamento e nos termos utilizados. A análise das *palavras de ordem* e do discurso utilizado nas reportagens facilita o entendimento da opinião, mesmo que implícita.

Ao observar a forma como as revistas expuseram seus posicionamentos acerca do tema, percebe-se que a imparcialidade no jornalismo pode ser considerada um mito. Mesmo que o veículo busque a neutralidade, como fez a IstoÉ, ainda podemos encontrar detalhes que demonstram a opinião do veículo ou do jornalista sobre o fato noticiado.

Mesmo com a rejeição do projeto de lei no Senado argentino, o simples fato de o tema entrar em pauta demonstra um avanço para a sociedade. A descriminalização do aborto, uma das principais bandeiras do movimento feminista, não pode mais ser um tabu para a sociedade. Há a necessidade de discussões abertas sobre o tema, apresentação de dados sobre os impactos causados pela criminalização do procedimento e o respeito à laicidade do Estado.

Assim como pontuam os veículos analisados, tanto o Brasil como a Argentina caminham para o progresso. A luta não acaba por aqui.

## Referências bibliográficas

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p.104-130, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 44, n. 2, p.367-383, abr. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

G1. **Senado da Argentina rejeita legalização do aborto no país**. Rio de Janeiro, 09 de ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/senado-argentino-rejeita-legalizar-aborto-no-pais.ghtml> Acesso em 09.ago.2018

---

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003  
PALÁCIOS, Ariel. **Os Argentinos**. São Paulo: Contexto, 2012.

Portal EBC. **Católicos são maioria na Argentina**. Brasília, 13.mar. 2013. Disponível em:  
<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/03/catolicos-sao-maioria-na-argentina>  
SCAVONE, Lucila. **Políticas Feministas do Aborto**. Revista Estudos Feministas, v. 16, p.  
675-680, 2008.